

Educação financeira na adolescência e sua contribuição para o desenvolvimento de comportamentos econômicos conscientes: uma revisão narrativa da literatura.

Financial education in adolescence and its contribution to the development of conscious economic behaviors: a narrative review of the literature.

Juliana Natalia da Silva Lopes
Tamiris Azevedo Alves
Dr. Jefferson Campos Lopes
Thiago de Freitas

RESUMO: A educação financeira na adolescência tem ganhado espaço no contexto educacional brasileiro, especialmente após sua inserção na Base Nacional Comum Curricular. Nesse cenário, o estudo buscou responder de que forma a educação financeira trabalhada ao longo da adolescência contribui para o desenvolvimento de comportamentos econômicos conscientes e para a formação de cidadãos financeiramente responsáveis. O objetivo foi analisar como esse processo influencia a construção de hábitos e atitudes voltados à responsabilidade econômica e ao planejamento financeiro pessoal. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa, desenvolvida a partir de artigos científicos publicados entre 2020 e 2025, em língua portuguesa, localizados nas bases Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES. Os resultados indicaram que a educação financeira favorece a formação de atitudes mais conscientes em relação ao consumo, ao planejamento e ao uso do dinheiro, sobretudo quando articulada ao contexto escolar e ao ambiente familiar. Conclui-se

que sua inserção no percurso formativo dos adolescentes contribui para a construção de maior autonomia, responsabilidade econômica e participação cidadã.

Palavras-chave: Educação financeira. Adolescência. Consumo consciente. Cidadania econômica. Planejamento financeiro.

ABSTRACT:

Financial education in adolescence has gained space in the Brazilian educational context, especially after its inclusion in the National Common Curricular Base. In this scenario, the study sought to answer how financial education developed throughout adolescence contributes to the development of conscious economic behaviors and to the formation of financially responsible citizens. The objective was to analyze how this process influences the construction of habits and attitudes aimed at economic responsibility and personal financial planning. Methodologically, the research is characterized as a bibliographic review, with a qualitative approach, developed from scientific articles published between 2020 and 2025, in Portuguese, found in the Google Scholar, SciELO, and CAPES Journals databases. The results indicated that financial education favors the formation of more conscious attitudes regarding consumption, planning, and the use of money, especially when linked to the school context and the family environment. It is concluded that its insertion in the educational path of adolescents contributes to the construction of greater autonomy, economic responsibility, and citizen participation.

Keywords: Financial education. Adolescence. Conscious consumption. Economic citizenship. Financial planning.

INTRODUÇÃO

A educação financeira passou a ocupar maior espaço no contexto educacional brasileiro a partir de sua inserção na Base Nacional Comum Curricular, em consonância com a Estratégia Nacional de Educação Financeira, criada em 2010. Sua presença no ambiente escolar busca contribuir para a formação de estudantes

mais conscientes quanto ao planejamento, ao consumo e à responsabilidade econômica, especialmente em uma sociedade marcada pela ampliação do crédito e por práticas de consumo cada vez mais precoces, conforme apontam Messias e Ancelmo (2022) e Carraro et al. (2024).

A adolescência corresponde a uma etapa em que hábitos, valores e formas de decisão ainda estão em construção, o que torna pertinente a abordagem da educação financeira nesse período. Ramos et al. (2023) observaram que muitos estudantes apresentam limitações no domínio de conceitos financeiros básicos, o que reforça a necessidade de discutir o tema no espaço escolar.

Diante desse contexto, formula-se a seguinte problemática: de que forma a educação financeira trabalhada ao longo da adolescência contribui para o desenvolvimento de comportamentos econômicos conscientes e para a formação de cidadãos financeiramente responsáveis?

Este estudo justifica-se pela relevância acadêmica, educacional e social da temática. Guimarães e Iglesias (2021) identificaram que alunos com maior contato com conteúdos financeiros tendem a apresentar decisões mais consistentes diante de situações econômicas cotidianas. De modo complementar, Tavares e Pilão (2023) destacam que o ensino da educação financeira favorece a articulação entre diferentes saberes escolares, enquanto Sobianek et al. (2021) evidenciam que a ausência de orientação financeira na juventude pode contribuir para práticas de consumo impulsivo e dificuldades de planejamento.

Diante disso, este estudo tem como objetivo geral analisar como a educação financeira desenvolvida durante a adolescência influencia a construção de hábitos e atitudes voltados à responsabilidade econômica e ao planejamento financeiro pessoal. Como objetivos específicos, pretende-se:

1 Identificar as principais práticas pedagógicas utilizadas no ensino da educação financeira;

2 Verificar o nível de conhecimento dos adolescentes sobre educação financeira;

3 Analisar os impactos desse aprendizado na prevenção do endividamento e na promoção do consumo consciente.

O presente artigo está estruturado em seções que contemplam a revisão de literatura, os procedimentos metodológicos, a análise e discussão dos resultados e, por fim, as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Conceito de educação financeira

A educação financeira pode ser compreendida como um processo formativo voltado ao desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e comportamentos relacionados ao uso do dinheiro, ao planejamento e à tomada de decisões econômicas no cotidiano. Para Messias e Ancelmo (2022), esse campo não se restringe à aprendizagem de cálculos ou à administração técnica de recursos, mas envolve a construção de uma relação mais consciente com consumo, prioridades e organização da vida material. Esse entendimento amplia o alcance do conceito e o aproxima de dimensões sociais e formativas presentes na experiência escolar e familiar.

Ao discutir essa temática, torna-se necessário reconhecer que a educação financeira assume uma função que ultrapassa a transmissão de informações sobre poupança, orçamento ou investimento. Carraro et al. (2024) indicam que seu alcance está associado à formação de sujeitos capazes de refletir sobre as consequências de suas escolhas, interpretar pressões de consumo e estabelecer critérios mais consistentes para o uso dos recursos disponíveis. Nessa direção, a educação financeira se articula à formação cidadã, pois favorece o desenvolvimento de autonomia, discernimento e responsabilidade diante de situações econômicas concretas.

Essa compreensão também permite afastar uma visão reducionista do tema como simples preparação para o mercado. Quando inserida em processos educativos mais amplos, a educação financeira passa a dialogar com noções de bem-estar, equilíbrio e participação social. Vanderley, Silva e Almeida (2020) mostram que esse debate ganha maior relevância quando se considera a adolescência como etapa de consolidação de valores e hábitos, já que muitas práticas adquiridas nesse período tendem a repercutir na vida adulta.

Além disso, o conceito de educação financeira tem sido associado à necessidade de aproximar conhecimento escolar e realidade vivida. Isso significa que sua efetividade depende menos da mera exposição de conteúdos e mais da capacidade de contextualizar o aprendizado em situações concretas, como consumo cotidiano, uso de mesada, planejamento de gastos e reconhecimento de

necessidades. Nessa linha, Castro (2021) defende que, quando essa aproximação ocorre, a temática deixa de ser abstrata e passa a fazer sentido para o estudante, favorecendo a internalização de comportamentos mais refletidos.

Desse modo, a educação financeira pode ser entendida como prática educativa que contribui para a formação integral do estudante, pois envolve leitura crítica da realidade, interpretação do valor do dinheiro e compreensão das implicações sociais do consumo. Anjos e Rufino (2023) sustentam que essa formulação é particularmente importante para o contexto escolar, no qual o tema precisa ser trabalhado de forma coerente com os objetivos pedagógicos da educação básica, evitando abordagens fragmentadas ou excessivamente instrumentais.

2.2 Educação financeira na escola

A presença da educação financeira na escola decorre do reconhecimento de que a formação de crianças e adolescentes não se restringe aos conteúdos tradicionais, mas inclui competências voltadas à vida em sociedade. Segundo Messias e Ancelmo (2022), a abordagem do tema no espaço escolar amplia as possibilidades de reflexão sobre consumo, planejamento e responsabilidade econômica, uma vez que a escola reúne condições para promover debates sistematizados e experiências de aprendizagem mediadas pedagogicamente. Sua inserção no currículo, portanto, representa uma ampliação do papel formativo da educação básica.

Mais do que introduzir um novo conteúdo, trabalhar educação financeira na escola implica definir como esse conhecimento será tratado pedagogicamente. Tavares e Pilão (2023) assinalam que a discussão se fortalece quando o tema não aparece de forma isolada, mas articulado a práticas interdisciplinares, especialmente nas relações com matemática, cidadania, ética e realidade social. Isso contribui para evitar um ensino mecânico e favorece a compreensão de que decisões econômicas são atravessadas por aspectos culturais, familiares e comportamentais.

Essa inserção curricular também responde a demandas contemporâneas. Em uma sociedade marcada pela circulação intensa de bens, serviços, crédito e estímulos ao consumo, adolescentes passam a ter contato precoce com escolhas financeiras, ainda que nem sempre possuam repertório suficiente para

compreendê-las criticamente. Nesse sentido, Souza, Nicoli e Castro (2023) ressaltam que a escola não apenas informa, mas cria condições para que o estudante desenvolva critérios de análise e maior discernimento em relação às pressões econômicas presentes no cotidiano.

Ao mesmo tempo, a literatura mostra que o ambiente escolar não deve ser compreendido como único responsável por essa formação. A construção de hábitos financeiros ocorre em interação com a família, com a comunidade e com experiências sociais mais amplas. Ainda assim, como observa Castro (2021), a escola ocupa posição estratégica por oferecer intencionalidade pedagógica ao tema, organizando conhecimentos que muitas vezes aparecem de forma dispersa no cotidiano dos alunos. Essa mediação institucional contribui para transformar vivências espontâneas em aprendizado sistematizado.

Outro ponto relevante é que a inserção da educação financeira na escola precisa ser acompanhada por reflexão metodológica. Não basta defender sua presença curricular, pois também é necessário discutir como ensiná-la de modo compatível com a faixa etária dos estudantes e com seus contextos concretos. Anjos e Rufino (2023) alertam que, quando isso não ocorre, há risco de um tratamento superficial, limitado à repetição de recomendações genéricas sobre economizar ou poupar. Em contrapartida, práticas contextualizadas tendem a gerar maior engajamento e melhor apropriação do conteúdo pelos adolescentes.

Nessa direção, experiências educacionais recentes têm apontado que a participação dos estudantes em atividades específicas sobre finanças contribui para ampliar o interesse pelo tema e favorecer aprendizagens mais consistentes. Carraro et al. (2024), ao analisarem a inserção da educação financeira em contexto formativo, indicam que não se trata apenas de acumular informação, mas de desenvolver capacidade de análise e posicionamento diante de questões econômicas que já fazem parte da vida juvenil. A escola, nesse caso, atua como espaço de mediação crítica entre conhecimento e experiência social.

2.3 Educação financeira e comportamento de consumo

A relação entre educação financeira e comportamento de consumo constitui um dos eixos mais recorrentes na literatura, sobretudo porque a adolescência corresponde a uma fase de maior sensibilidade a influências externas, pelos

simbólicos e construção de identidade. Ramos et al. (2023) observam que, nesse período, consumir não se reduz à satisfação de necessidades práticas, mas também se vincula à pertencimento, status e reconhecimento social. Por isso, a educação financeira assume relevância ao possibilitar que o jovem compreenda que o consumo envolve escolhas, limites e consequências.

Sob essa perspectiva, ensinar finanças não significa apenas orientar sobre como gastar menos, mas desenvolver uma postura reflexiva diante dos próprios desejos e das pressões sociais que cercam o ato de consumir. A formação financeira, quando bem conduzida, favorece a distinção entre necessidade e impulso, entre planejamento e imediatismo, produzindo efeitos sobre a maneira como os adolescentes interpretam seu papel como consumidores. Assim, como aponta Sobianek et al. (2021), o foco desloca-se do simples controle de gastos para a construção de consciência crítica.

A literatura também sugere que o conhecimento financeiro não atua de forma automática sobre o comportamento. Saber conceitos básicos não garante, por si só, decisões prudentes, já que práticas de consumo são atravessadas por fatores emocionais, familiares e culturais. Essa observação é importante porque impede uma leitura simplista da educação financeira como solução imediata para todos os problemas ligados ao uso do dinheiro. Guimarães e Iglesias (2021) mostram que seu potencial está justamente em oferecer instrumentos de reflexão que, articulados à experiência cotidiana, possam favorecer escolhas mais equilibradas.

Nesse sentido, a contribuição da educação financeira para o comportamento de consumo depende da forma como o tema é trabalhado. Abordagens excessivamente normativas tendem a reduzir a complexidade do fenômeno, enquanto estratégias que relacionam consumo, publicidade, desejo e organização pessoal permitem uma compreensão mais ampla das práticas juvenis. Com isso, o processo educativo deixa de ser apenas prescritivo e passa a atuar sobre o desenvolvimento de critérios para análise da realidade econômica vivida pelos estudantes, como discutem Vanderley, Silva e Almeida (2020).

Há ainda uma dimensão social importante nesse debate. Em contextos marcados por desigualdades, o consumo não pode ser analisado apenas sob o ponto de vista individual, como se todas as escolhas decorressem exclusivamente de vontade pessoal. Farias e Silva (2023) ajudam a ampliar essa leitura ao associar a educação financeira a metas de inclusão e responsabilidade social, o que permite

compreender que práticas de consumo também são influenciadas por condições materiais, acesso à informação e repertórios familiares.

Desse modo, a educação financeira contribui para a formação de um comportamento de consumo mais consciente não por eliminar conflitos ou impulsos, mas por oferecer base para que o adolescente reconheça limites, avalie prioridades e atribua maior racionalidade às suas escolhas. Bernhard et al. (2023) reforçam essa percepção ao demonstrarem que o nível de conhecimento financeiro entre estudantes do ensino médio influencia diretamente a forma como esses jovens compreendem e administram situações econômicas do cotidiano.

2.4 Educação financeira e prevenção do endividamento

A prevenção do endividamento aparece como uma das justificativas centrais para a defesa da educação financeira na adolescência. Isso ocorre porque o contato cada vez mais precoce com práticas de consumo, meios de pagamento e ofertas de crédito faz com que jovens precisem lidar, desde cedo, com decisões que podem repercutir em sua vida adulta. Tavares e Pilão (2023) observam que, nesse contexto, a escola surge como espaço capaz de antecipar discussões que tradicionalmente eram deixadas para fases posteriores da vida, muitas vezes quando dificuldades financeiras já se encontravam instaladas.

Entretanto, a prevenção do endividamento não deve ser compreendida apenas como ensino de técnicas de controle orçamentário. O problema envolve também padrões de comportamento, ausência de planejamento e pouca percepção sobre os efeitos acumulativos de pequenas escolhas cotidianas. Por isso, Sobianek et al. (2021) insistem que a educação financeira precisa contemplar dimensões atitudinais, e não somente conteúdos conceituais. O enfrentamento do endividamento passa, assim, pela formação de hábitos mais conscientes e pela capacidade de projetar consequências futuras.

Essa discussão ganha força quando se observa que muitos estudantes ainda apresentam fragilidades em noções básicas relacionadas a orçamento, poupança e administração de recursos. Tais lacunas indicam que o simples convívio com práticas de consumo não produz, por si, aprendizagem financeira. Ao contrário, Ramos et al. (2023) mostram que a ausência de mediação educativa pode naturalizar comportamentos impulsivos e dificultar a construção de critérios para

decisões econômicas mais prudentes. Nesse sentido, a educação financeira atua de maneira preventiva justamente por criar repertório antes que práticas inadequadas se consolidem.

Além disso, a prevenção do endividamento possui implicações que extrapolam a esfera individual. Jovens que desenvolvem maior capacidade de organização financeira tendem a compreender melhor os impactos de suas escolhas sobre a vida familiar e sobre seu próprio futuro. Essa dimensão amplia o alcance da temática, já que a educação financeira passa a ser entendida como elemento de proteção social e de fortalecimento da autonomia. Castro (2021) permite sustentar essa leitura ao defender que o aprendizado econômico, quando vinculado à vida cotidiana, favorece relações mais equilibradas com recursos e expectativas de consumo.

Outro aspecto a considerar é que o endividamento não decorre apenas da falta de informação, mas também da combinação entre cultura consumista, vulnerabilidades sociais e ausência de práticas educativas contínuas. Por essa razão, Anjos e Rufino (2023) apontam que ações pontuais têm alcance restrito, enquanto abordagens permanentes e articuladas ao cotidiano escolar oferecem melhores condições para consolidar aprendizagens. A prevenção requer continuidade, contextualização e diálogo com a realidade dos estudantes, sobretudo na adolescência, quando valores e hábitos ainda estão em formação.

Assim, a educação financeira se mostra relevante para a prevenção do endividamento porque favorece o desenvolvimento de competências relacionadas à análise, ao planejamento e ao autocontrole diante do consumo. Guimarães e Iglesias (2021) demonstram que estudantes com maior exposição a conteúdos financeiros tendem a apresentar decisões mais consistentes em situações econômicas práticas. Ao contribuir para a formação de sujeitos mais atentos às consequências de seus atos financeiros, a escola fortalece uma dimensão preventiva que repercute tanto na vida presente quanto na organização futura desses jovens.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de revisão bibliográfica. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos, permitindo ao pesquisador analisar diferentes contribuições teóricas sobre determinado tema. No presente trabalho, esse tipo de pesquisa foi adotado para examinar como a literatura aborda a educação financeira na adolescência, especialmente em sua relação com práticas pedagógicas, comportamento de consumo e formação de hábitos econômicos.

3.2 Abordagem da pesquisa

A pesquisa possui abordagem qualitativa, pois está voltada à interpretação dos conteúdos presentes nos estudos selecionados. Em vez de priorizar a quantificação de dados, essa abordagem busca compreender sentidos, perspectivas e contribuições teóricas construídas pelos autores acerca do fenômeno investigado. Dessa forma, a perspectiva qualitativa mostrou-se adequada para analisar como a educação financeira vem sendo discutida no campo educacional e de que modo esse debate se relaciona à formação de adolescentes mais conscientes quanto ao uso do dinheiro.

3.3 Procedimentos de busca

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados e mecanismos de busca acadêmicos utilizados na área da educação, entre eles Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES. Para a localização dos estudos, foram empregados descritores como “educação financeira”, “adolescência”, “consumo consciente”, “comportamento financeiro” e “endividamento juvenil”, combinados com os operadores booleanos AND e OR. A busca foi direcionada a produções relacionadas ao contexto escolar e à formação de adolescentes.

3.4 Critérios de inclusão e exclusão

Foram incluídos artigos científicos publicados entre 2020 e 2025, disponíveis gratuitamente, redigidos em língua portuguesa e diretamente relacionados à

educação financeira no contexto da adolescência ou da educação básica. Por outro lado, foram excluídos trabalhos duplicados, estudos sem acesso ao texto completo, publicações sem relação com o ambiente educacional e materiais que não contribuíam de forma direta para os objetivos da pesquisa. Esses critérios permitiram delimitar um conjunto de estudos coerente com a proposta do trabalho.

3.5 Procedimentos de análise

Após a seleção do material, realizou-se leitura analítica dos estudos com a finalidade de identificar aproximações, diferenças e contribuições recorrentes sobre a temática investigada. A análise ocorreu por meio de síntese interpretativa dos conteúdos encontrados, organizando os achados em eixos temáticos vinculados ao conceito de educação financeira, à sua inserção na escola, à relação com o comportamento de consumo e à prevenção do endividamento. Esse procedimento permitiu estruturar a discussão em conformidade com o problema de pesquisa e com os objetivos do estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação financeira, no contexto escolar, tem sido desenvolvida por meio de práticas pedagógicas vinculadas ao cotidiano dos estudantes, sobretudo em atividades relacionadas ao planejamento de gastos, à leitura de situações de consumo e à reflexão sobre escolhas econômicas. Ramos et al. (2023) identificaram a presença de estratégias associadas à resolução de problemas práticos, enquanto Farias e Silva (2023) mostraram que esse ensino pode ser articulado a diferentes áreas do currículo. Quando o tema se aproxima da realidade vivida pelos adolescentes, tende a ganhar maior sentido formativo e maior possibilidade de aplicação na vida cotidiana.

Essa aproximação também aparece em Bernhard et al. (2023), ao indicarem que a escola ocupa lugar de destaque no contato dos estudantes com conteúdos de educação financeira. Em sentido próximo, Souza, Nicoli e Castro (2023) associam o espaço escolar à construção de repertórios voltados ao consumo consciente e à organização das despesas. Com isso, a escola passa a representar mais do que um

local de transmissão de conceitos, assumindo uma função de mediação entre conhecimento, experiência social e práticas cotidianas.

Ainda assim, a presença do tema no ambiente escolar não ocorre de forma homogênea. Sobianek et al. (2021) apontam a ausência de uma formação curricular mais estruturada sobre finanças pessoais, o que relativiza a ideia de que a inclusão da temática em documentos orientadores, por si só, produza mudanças consistentes nas práticas escolares. Tavares e Pilão (2023) seguem essa direção ao observarem que a visibilidade conferida ao tema não garante uniformidade em sua abordagem nas escolas.

Essa diferença também aparece na forma como a educação financeira é compreendida pedagogicamente. Em Ramos et al. (2023), o tema se aproxima de atividades aplicadas ao cotidiano juvenil. Já em Farias e Silva (2023), sua abordagem se expande para discussões ligadas à sustentabilidade econômica e à inclusão social. Essa variação mostra que a educação financeira pode assumir tanto um sentido mais prático quanto um alcance formativo mais amplo, relacionado à cidadania e à vida em sociedade.

No que se refere ao conhecimento dos adolescentes sobre finanças, Guimarães e Iglesias (2021) identificaram domínio restrito de conteúdos como juros, inflação e diversificação de risco. Resultado semelhante aparece em Bernhard et al. (2023), que também apontam diferenças importantes no nível de compreensão dos estudantes. Esses achados revelam que o contato com conceitos financeiros ainda ocorre de maneira desigual, o que interfere diretamente na forma como os jovens interpretam situações econômicas do cotidiano.

Essas diferenças tornam-se mais evidentes quando se observam fatores sociais e escolares. Guimarães e Iglesias (2021) mostram que variáveis como renda familiar, série cursada e área de formação interferem no desempenho dos estudantes, indicando que o aprendizado financeiro não depende apenas da oferta de conteúdo, mas também das condições de acesso e do repertório acumulado pelos alunos. Castro (2021) amplia essa discussão ao apontar que dificuldades relacionadas a orçamento, crédito e poupança também alcançam o ambiente familiar.

Por essa razão, a formação financeira não pode ser compreendida como responsabilidade exclusiva da escola. Castro (2021) defende que a educação econômica e financeira precisa ultrapassar os limites da sala de aula, enquanto

Souza, Nicoli e Castro (2023) observam que a consolidação de hábitos de planejamento e controle das despesas tende a ser mais consistente quando há aproximação entre práticas escolares e vivências familiares. Nesse percurso, a escola contribui para organizar conhecimentos, ao passo que a família influencia a maneira como esses conteúdos são incorporados no cotidiano.

A relação entre conhecimento financeiro e comportamento econômico também aparece de forma recorrente. Messias e Ancelmo (2022) observam que muitos adolescentes reproduzem práticas herdadas do ambiente familiar, mesmo quando têm acesso a propostas formais de ensino. Sobianek et al. (2021) chegam a conclusão semelhante ao associarem as atitudes dos estudantes diante do dinheiro a hábitos de consumo já incorporados à rotina. Isso mostra que o aprendizado financeiro não se converte automaticamente em mudança de comportamento.

Nesse ponto, o comportamento de consumo ocupa lugar central. Ramos et al. (2023) destacam percepções estudantis vinculadas ao uso cotidiano do dinheiro, enquanto Sobianek et al. (2021) chamam atenção para escolhas orientadas por impulsos de consumo e baixa priorização do planejamento. Essas condutas precisam ser compreendidas em conexão com experiências sociais, familiares e culturais que atravessam a adolescência, período em que hábitos e valores ainda estão em consolidação.

Vanderley, Silva e Almeida (2020) defendem que a educação financeira iniciada mais cedo tende a repercutir na vida adulta por meio da formação de atitudes mais conscientes diante do consumo. Em direção semelhante, Anjos e Rufino (2023) associam o ensino sistemático de finanças pessoais à construção de hábitos de maior equilíbrio entre gasto, poupança e planejamento. Nessa perspectiva, a prevenção de dificuldades financeiras futuras se relaciona à formação progressiva de comportamentos, e não à assimilação pontual de informações.

Ao tratar da prevenção do endividamento, Messias e Ancelmo (2022) indicam limitações na efetividade das práticas escolares quando elas não encontram continuidade fora do ambiente formal de ensino. Tavares e Pilão (2023) também observam que o contexto brasileiro permanece marcado por baixo planejamento financeiro, o que demonstra que a presença da educação financeira no discurso educacional convive com dificuldades concretas em sua incorporação à vida cotidiana. O endividamento, nesse sentido, envolve elementos que ultrapassam o espaço escolar.

Carraro et al. (2024) acrescentam a esse debate uma perspectiva de ampliação formativa ao mostrarem que iniciativas voltadas à educação financeira podem fortalecer vínculos entre escola, estudante e família, além de estimular maior consciência sobre decisões econômicas. Farias e Silva (2023), por sua vez, associam a educação financeira a princípios de inclusão e desenvolvimento social, ampliando o alcance do tema para além da organização individual das finanças. Assim, o ensino de finanças passa a dialogar também com participação social, responsabilidade coletiva e construção de autonomia.

A educação financeira na adolescência, portanto, relaciona-se à ampliação do conhecimento sobre finanças, ao desenvolvimento de uma leitura mais crítica do consumo e à formação de atitudes voltadas ao planejamento. Seus efeitos variam conforme o contexto pedagógico, a presença da família nesse processo e as condições sociais dos estudantes. Por isso, a discussão sobre o tema ganha maior consistência quando considera a formação financeira como parte de um processo contínuo, construído em diferentes espaços de convivência e aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação financeira trabalhada ao longo da adolescência contribui para a formação de comportamentos econômicos mais conscientes ao favorecer o desenvolvimento de hábitos relacionados ao planejamento, ao consumo refletido e à responsabilidade no uso do dinheiro. A resposta à problemática proposta indica que esse processo ganha maior consistência quando o tema é abordado de forma contextualizada no espaço escolar e encontra continuidade nas vivências familiares, possibilitando ao adolescente compreender melhor as consequências de suas escolhas econômicas no presente e em etapas posteriores da vida.

Os resultados reunidos mostram que a educação financeira, quando inserida no percurso formativo dos estudantes, amplia o repertório necessário para lidar com situações de consumo, organização de despesas e prevenção de decisões impulsivas. Ao mesmo tempo, o material examinado revelou que esse aprendizado não depende apenas da presença do tema no currículo, pois sua incorporação está relacionada à forma como os conteúdos são trabalhados, às condições sociais dos estudantes e à participação da família na construção desses hábitos.

A principal contribuição deste estudo está em reunir e articular discussões que mostram a educação financeira como parte da formação cidadã, e não apenas como conteúdo voltado à administração individual de recursos. Nesse sentido, o trabalho reforça que a abordagem do tema na adolescência possui alcance educacional e social, uma vez que pode colaborar para a construção de atitudes mais prudentes diante do consumo e para o fortalecimento da autonomia econômica em contextos cotidianos.

Quanto aos objetivos propostos, foi possível identificar práticas pedagógicas utilizadas no ensino da educação financeira, verificar que o nível de conhecimento dos adolescentes ainda se apresenta de forma desigual e compreender que a formação financeira se relaciona à prevenção do endividamento e à promoção do consumo consciente. Esses aspectos confirmam que a educação financeira, no contexto escolar, ocupa posição relevante na mediação entre conhecimento teórico, experiência social e tomada de decisão.

Como limitação, o estudo baseou-se em fontes bibliográficas e em produções já publicadas, o que restringe a observação direta de contextos escolares e das experiências concretas dos adolescentes. Além disso, a concentração de parte dos trabalhos em determinados recortes dificulta uma visão mais ampla da diversidade regional e institucional presente no país.

Diante disso, pesquisas futuras podem avançar por meio de estudos de campo que acompanhem práticas pedagógicas, percepções estudantis e relações entre escola e família, ampliando a compreensão sobre os efeitos da educação financeira na formação juvenil. Também se mostra pertinente aprofundar discussões sobre formação docente e sobre modos de inserção do tema no cotidiano escolar, para que sua presença se torne mais articulada às demandas sociais e educacionais contemporâneas.

6 REFERÊNCIAS

ANJOS, Layanne Mesquita dos; RUFINO, Marta Cacilda de Carvalho. A importância da educação financeira como disciplina curricular: revisão bibliográfica. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, p. 87-110, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/1248>. Acesso em: 21 out. 2025.

BERNHARD, Rafael et al. O conhecimento dos alunos do ensino médio do interior do estado do Amazonas sobre educação financeira. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 2, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/40132>. Acesso em: 21 out. 2025.

CARRARO, Wendy Beatriz Witt Haddad et al. Inserção da educação financeira na formação dos participantes da I Olimpíada Brasileira de Educação Financeira no Rio Grande do Sul. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 18, p. 1-13, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/217621>. Acesso em: 21 out. 2025.

CASTRO, Adriana Bertoldi Carretto de. Educação econômica e financeira: da formação escolar à capacitação familiar. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 7, p. 69147-69154, 2021. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/105599880/8695.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.

FARIAS, Emily Priscila Rodrigues; SILVA, Evaldo José da. A educação financeira e as metas da agenda 2030 da ONU: um estudo com alunos do ensino médio. **Revista Paraense de Contabilidade**, v. 8, n. 2, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://revistaparaense.crcpa.org.br/index.php/crcpa/article/view/139>. Acesso em: 21 out. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Thayse Machado; IGLESIAS, Thaylla Machado Guimarães. Educação financeira: um estudo comparado entre os estudantes do ensino médio de um Instituto Federal de Minas Gerais. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 11, n. 1, p. 94-111, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10187141>. Acesso em: 21 out. 2025.

MESSIAS, Renan Augusto; ANCELMO, Lúcia Aparecida. Educação financeira na educação básica. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 17, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/38295>. Acesso em: 21 out. 2025.

RAMOS, Laine Silva et al. Educação financeira: a percepção dos estudantes do ensino médio. **Colnspiração: Revista dos Professores que Ensinam Matemática**, v. 6, p. e2023013-e2023013, 2023. Disponível em: <http://sbemmatogrosso.com.br/publicacoes/index.php/coinspiracao/article/view/120>. Acesso em: 21 out. 2025.

SOBIANEK, Patrick da Silva et al. Educação financeira: análise do conhecimento e atitudes financeiras na ótica dos estudantes do ensino médio. **Revista de Contabilidade & Controladoria**, v. 13, n. 3, p. 23-46, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/78965/45379>. Acesso em: 21 out. 2025.

SOUZA, Charleston Sperandio de; NICOLI, Alice Aparecida Teixeira de Sá; CASTRO, Leonardo Caus. Um estudo sobre a educação financeira nas escolas. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2023. Disponível em: <http://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/1201>. Acesso em: 21 out. 2025.

TAVARES, Celina Soares Lima; PILÃO, Valéria. A importância de ensinar educação financeira nas escolas. **Caderno Intersaberes**, v. 12, n. 44, p. 148-164, 2023. Disponível em: <https://mail.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/2963>. Acesso em: 21 out. 2025.

VANDERLEY, Matheus Silva; SILVA, Jean Gomes dos Santos; ALMEIDA, Severina Alves de. Educação financeira na infância e adolescência e seus reflexos na vida adulta: uma revisão de literatura. **Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 20, 2020. Disponível em: <http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/825>. Acesso em: 21 out. 2025.